

A PUBLICIZAÇÃO DO CORPO DA MULHER EM A HISTÓRIA DE AIA

Mariana Jantsch de Souza
UCPel/CAPES

RESUMO: Este artigo aborda a publicização do corpo da mulher no discurso fílmico *A história de Aia*. A discussão desenvolve-se a partir das considerações de Arendt e de Aboim, a qual trata a dicotomia público/privado diretamente em relação à perspectiva de gênero. A distinção entre esses espaços diz respeito ao exercício das liberdades individuais, que em princípio não encontram limitações no plano privado, porém surgem redefinidas na sociedade ditatorial e distópica representada. A questão é ressaltada quando se põem em discussão as relações de gênero, o papel e os espaços da mulher na sociedade. Assim, discutir sobre os espaços público e privado em relação às delimitações de gênero corresponde à intenção de refletir sobre o espaço a que cada gênero tem acesso e a forma como esse acesso é socialmente regulado. O filme problematiza a relação entre esses espaços a partir da perda do domínio do corpo.

PALAVRAS-CHAVE: Público e Privado. Representação da mulher. Publicização do corpo.

THE PUBLICITY OF THE BODY OF THE WOMAN IN THE HANDMAID'S TALE

ABSTRACT: This article discusses the female body's publicity in *The Handmaid's Tale* discourse. The discussion is developed from Arendt and Aboim's considerations, which deals with the public / private dichotomy directly in relation to the gender perspective. The distinction between these spaces relates to the exercise of individual freedoms, which in principle doesn't find limitations on the private plan but come redefined the dictatorial and dystopian society represented. The question is highlighted when you go into question gender relations, the role and the spaces of women in society. So, discussing about the public and private spaces in relation to gender delimitation, corresponds to the intention of reflecting about the space that each gender has access and how that access is socially regulated. The film discusses the relationship between these spaces from the body area of loss.

KEYWORDS: Public and Private. Women's representation. Body's publicity.

Mariana Jantsch de Souza é Doutoranda em Letras pela Universidade Católica de Pelotas.

A PUBLICIZAÇÃO DO CORPO DA MULHER EM A HISTÓRIA DE AIA

Mariana Jantsch de Souza

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo pretende discutir a representação da condição feminina no filme *A história de Aia*¹, em que a delimitação dos espaços público e privado surge redefinida em uma sociedade ditatorial distópica e patriarcal. Nesta sociedade, há uma hierarquização severa, exercida de modo extremo em relação às mulheres. Entre os homens há uma classe que se pode considerar plenamente livre: são os generais que comandam o regime. O restante dos homens também é segregado em classes e sofre limitações em suas liberdades. Em relação às mulheres, todas as classes estão sob o domínio masculino, sendo as aias objeto de dominação máxima. Por meio da hierarquização social são determinados os espaços que cabem a cada grupo.

A diferenciação entre público e privado repercute de forma significativa na vida dos indivíduos por determinar, *grosso modo*, até onde vai a liberdade plena dos sujeitos e em que ponto ela começa a ser mitigada, dando lugar à ideia de público, coletivo e/ou social. A distinção entre esses espaços diz respeito, assim, ao exercício das liberdades individuais, que em princípio não encontram limitações no plano privado. Este aspecto do privado é ressaltado quando se põem em discussão as relações de gênero, o papel e os espaços da mulher na sociedade. A intenção, portanto, é analisar a condição da mulher na República de Gilead, nos espaços públicos e privados, a partir da primeira cena de coito público.

Discutir sobre os espaços público e privado em relação às delimitações de gênero que se vive em sociedade corresponde à intenção de refletir sobre os espaços a que cada gênero tem acesso e a forma como esse acesso é regulado. Pensar os espaços que cabem a homens e a mulheres é pensar sobre

¹ SCHLÖNDORFF, Volker. *A história de Aia*. Nova Iorque: Cinecom Entertainment Group, 1990.

liberdade e igualdade em relação a cada gênero. É pensar sobre o papel social atribuído e as atividades correspondentes a cada gênero.

O filme em análise, ao problematizar a posição da mulher na sociedade e permitir as discussões aqui propostas, evidencia o papel político e social da sétima arte. É a arte que instiga a pensar, que provoca discussões e reflexões sociais com suas representações. É a arte que alerta, indaga, forja-se como importante espaço de pensamento, de reflexão.

Para realizar essa proposta, recorreu-se às considerações teóricas de Hannah Arendt e Sofia Aboim para discutir as noções de público e privado e relacioná-las às questões de gênero. Também embasam essa análise as considerações de Jacques Aumont acerca da linguagem fílmica, possibilitando uma reflexão sobre o texto fílmico ao considerá-lo em seus aspectos imagéticos e linguísticos.

A HISTÓRIA DE AIA: O DISCURSO FÍLMICO

O objeto da análise proposta é o filme *A história de Aia*, de 1990, dirigido por Volker Schlöndorff, baseado no romance *O conto de Aia*, de Margaret Atwood, publicado em 1985. Trata-se de uma narrativa de ficção futurista. A trama é narrada por Kate (ou Offred), a personagem principal, que conta sua captura e prisão na República de Gilead, uma sociedade distópica em regime de exceção política.

A ideia de utopia surgiu com a obra literária *Utopia*, de Thomas Morus escrita em 1516. Utópico é um lugar irreal, uma sociedade perfeita em relação à sociedade existente. A representação utópica se faz como uma forma de crítica às imperfeições sociais reais. Por outro lado, distopia é a representação negativa de uma sociedade: é o exageradamente ruim. Assim como a utopia, a distopia é uma forma de crítica, mas por outro viés: evidenciando e ampliando as disposições e propensões negativas existentes na sociedade, na história real. Nessa forma de representação, mostra-se como as propensões negativas podem conduzir a uma sociedade altamente perversa e, por isso, em geral as distopias são construídas a partir de sociedades em regime político totalitário.

A distopia retratada em *A história de Aia* desenvolve-se na República de Gilead, em que o líder máximo do regime é o Comandante Fred, a quem Kate serve de aia. A República de Gilead vive em um regime ditatorial instaurado por fanáticos religiosos que promovem a desigualdade social e a privação de

direitos fundamentais em nome de Deus e da religião para realizar uma limpeza social e a purificação dos pecados vividos antes da instauração do regime.

Ao analisar um filme é importante considerar que o cinema é um meio de significação, uma linguagem como outras formas de linguagem e de expressão, conforme ressalta Jacques Aumont.² Assim, como suporte teórico para discutir a representação dos espaços do feminino no filme em questão recorre-se às considerações de Aumont na obra *Cinema e Linguagem*.

O autor destaca, inicialmente, que o cinema é uma forma estética que utiliza a imagem como principal meio de expressão.³ Assim, o material significativo do cinema é a imagem no sentido amplo colocada em sequência, o que forma a linguagem do cinema:

É evidente que um filme é algo bem diferente de um sistema de signos e de símbolos. Pelo menos, não se apresenta como sendo apenas isso. Um filme, em primeiro lugar, são imagens e imagens de algo. Um sistema de imagens cujo objeto é descrever, desenvolver, narrar um acontecimento ou uma série de acontecimentos qualquer. Mas essas imagens, dependendo da narração escolhida, organizam-se em um sistema de signos e símbolos. Não são unicamente signos como as palavras, mas, antes de mais nada, objetos, realidade concreta: um objeto que tem (ou ao qual damos) uma significação determinada. É nisso que o cinema é uma linguagem: torna-se linguagem na medida em que é, em primeiro lugar, representação e por meio dessa representação; é, se quisermos, uma linguagem em segundo grau.⁴

Como linguagem que utiliza a imagem como meio de expressão, a linguagem cinematográfica é heterogênea porque mobiliza em sua constituição cinco diferentes materiais: “a trilha de imagem compreende as imagens fotográficas que se movem, múltiplas e colocadas em série, e, acessoriamente, notações gráficas que podem substituir as imagens analógicas (letreiros) ou a elas se sobrepôr (legendas e menções gráficas internas à imagem).”⁵

Outro aspecto importante a ser considerado na presente análise é a noção de texto fílmico como unidade significativa, unidade de discurso: “falar de ‘texto fílmico’ é, portanto, considerar o filme como discurso significativo,

² AUMONT, Jacques et al. *A estética do filme*. Trad. Marina Appenzeller. Campinas, São Paulo: Papirus, 1995.

³ Ibidem, p. 173.

⁴ MITRY, Jean *apud* ibidem, p. 174.

⁵ Ibidem, p. 193.

analisar seus(s) sistema(s) interno(s), estudar todas as configurações significantes que é possível nele observar.”⁶ É este aspecto que será destacado nesta análise: a significação do filme considerado como unidade discursiva que se compõe da união da imagem, posta em sequência, e do plano linguístico.

O texto fílmico, portanto, é diferente do sistema do filme “o sistema é seu princípio de coerência, sua lógica interna, é a inteligibilidade do texto construído pelo analista. Esse sistema não tem existência concreta, enquanto o texto tem, pois é desenvolvimento manifesto, aquilo que preexiste à intervenção do analista.”⁷ Assim, o texto fílmico compreende a imagem e o material linguístico.

Nesta análise, será observada a condição da mulher na República de Gilead a partir das aias, tendo em vista a ideia de texto fílmico. Para tanto, selecionou-se a primeira cena de coito apresentada no longa metragem, a qual é percebida como um excelente resumo da condição das aias: tornam-se corpos públicos, propriedade do Estado.

O PÚBLICO E O PRIVADO: PARÂMETROS TEÓRICOS

Para aprofundar a discussão sobre a noção de público e privado, recorreu-se a Hannah Arendt como aporte teórico. Em *A Condição Humana*, a filósofa aborda a relação entre público e privado iniciando suas reflexões com a tradição grega e depois considerando a situação moderna da relação entre essas esferas. Com o surgimento da cidade-estado, Arendt esclarece que “o homem recebera, além de sua vida privada, uma espécie de segunda vida, o seu *bios politikos*”, trata-se da esfera do próprio (*idion*) e do comum (*koinon*).⁸ Há, então, duas esferas em que se desenvolve a vida ou atividade humana: a pública e a privada.

A autora introduz as três categorias fundamentais da atividade humana: labor, trabalho e ação, as quais se realizam pública ou privadamente. O público está associado ao político e à *polis*; enquanto o privado está ligado ao doméstico e à família.

⁶ Ibidem, p. 201.

⁷ Ibidem, p. 202.

⁸ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999, p. 33.

Para Arendt, então, a ação política está associada ao público e à liberdade: “ação política dá-se publicamente e abre espaço à liberdade, ao passo que o labor está relacionado com a necessidade das exigências da natureza que se verificam privadamente.”⁹

O termo público relaciona-se a dois fenômenos: a ideia de publicidade e de coisa comum, de todos. Dessa forma, a palavra público pode significar “que tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível.”¹⁰ Pode também referir-se ao mundo, ao que é comum a todos os indivíduos, “na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele. [...] A esfera pública, enquanto mundo comum, reúne-nos na companhia um dos outros e contudo evita que colidamos uns com os outros, por assim dizer.”¹¹ Assim, a filósofa vai tecendo as relações entre o público e o privado e as atividades humanas atinentes a cada esfera, ou seja, as dimensões da vida humana.

A autora ainda relaciona o público (ação política) com o discurso, conforme explica Fry, em uma obra que apresenta o pensamento de Arendt: “a ação comporta palavras e atos e está intimamente relacionada ao discurso, porque através deste as pessoas revelam seus dons, talentos e até mesmo seus defeitos.”¹² A vida pública corresponde à ação e ao discurso, “o ser político, o viver na polis, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não através da força e ou violência.”¹³

Para a autora é o discurso que introduz o homem na esfera pública, iniciando a vida no âmbito público: “é com palavras e atos que nos inserimos no mundo humano; e esta inserção é como um segundo nascimento.”¹⁴ Ao inserir-se no âmbito coletivo/público da vida humana o homem alcança a liberdade: “Arendt crê que por meio da ação, os seres humanos manifestam sua liberdade, o que contrasta com as necessidades de laborar e com a utilidade do fabrico que nos são impostas (trabalho). A meta da política é a liberdade [...]”¹⁵

⁹ FRY, Karin A. *Compreender Hannah Arendt*. Trad. Paulo Ferreira Valério. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p.67.

¹⁰ ARENDT, Hannah. *A condição humana*, op. cit., p. 59.

¹¹ Ibidem, p. 62.

¹² FRY, Karin A. *Compreender Hannah Arendt*, op. cit., p. 70.

¹³ ARENDT, Hannah. *A condição humana*, op. cit., p. 35.

¹⁴ Ibidem, p. 189.

¹⁵ FRY, Karin A. *Compreender Hannah Arendt*, op. cit., p. 72.

A esse respeito, pode-se observar que a condição da mulher na sociedade (espaço público de modo geral) representada na República de Gilead é marcada pela ausência de voz: a mulher é banida do discurso, campo masculino por excelência. O espaço em que a mulher pode assumir a palavra de forma muito restrita é dentro da família e dos limites da casa, ou seja, no plano estritamente privado. No entanto, a classe das aias, objeto da presente análise, é completamente banida do discurso, sua utilidade exclusiva é procriar para o Estado, conforme a vontade do Estado. É, portanto, vedado à aia assumir a palavra em qualquer circunstância, especialmente na cerimônia de coito. A mulher aia não tem qualquer possibilidade de ação e de voz no espaço público, ao contrário, entra nesse espaço como objeto.

De outro lado, a esfera privada surge do termo privação, no sentido de privar-se daquilo que é comum. No âmbito do privado, que é tido como pré-político ou pré-condição para a vida pública, dão-se as relações íntimas, regidas pela vontade do chefe da família, não havendo, originalmente, igualdade e liberdade nesse espaço, pois

todo o conceito de domínio e de submissão, de governo e de poder no sentido em que o concebemos, bem como a ordem regulamentada que os acompanha, eram tidos como pré-políticos, pertencentes à esfera privada, e não à esfera pública. A *polis* diferenciava-se da família pelo fato de somente conhecer iguais, ao passo que a família era o centro da mais severa desigualdade.¹⁶

Arendt esclarece que a vida privada é pré-política por ser condição para a ação política, no sentido de que antes de viver na esfera pública é preciso dominar as necessidades privadas. Assim, a propriedade é considerada também uma condição para a vida na esfera pública, pois “a posse de propriedades significava dominar as próprias necessidades vitais e, portanto, ser potencialmente uma pessoa livre, livre para transcender a sua própria existência e ingressar no mundo comum a todos.”¹⁷

Nesse sentido, pode-se pensar na condição da mulher no discurso fílmico em análise, pois, independentemente da classe, todas as mulheres são propriedade do Estado, ou seja, dos homens. É o Estado, pois, que define o papel e a função social de cada categoria de mulher e as identifica, segrega e expõe sua condição de subordinação permanentemente por meio da imposição

¹⁶ ARENDT, Hannah. *A condição humana*, op. cit., p. 41.

¹⁷ *Ibidem*, p. 75.

de uniformes com cores distintas para cada classe feminina. Assim, a subjugação da mulher é mais um elemento a reforçar a liberdade e vida pública/política dos homens, assegurando-lhes o espaço público como espaço exclusivamente masculino. E como a ação ocorre no espaço público: apenas os homens podem agir, às mulheres resta o espaço privado e a impossibilidade de ação.

O privado enquanto privação é o espaço feminino, pois a mulher é privada/excluída da esfera pública, da vida política no sentido de Arendt. Em consequência disso, a liberdade que a vida pública proporciona não atinge a mulher e do ponto de vista da propriedade, a mulher é mais uma das propriedades privadas. Porém, a situação das aias mostra-se um tanto distinta, pois seu corpo é utilizado pelo Estado de forma que elas perdem o domínio sobre o corpo, o qual torna-se propriedade pública.

Em essência, a distinção entre público e privado pode ser resumida na relação entre o âmbito da família (o privado) e o âmbito da vida/ação política (o público). Essa distinção também implica para Arendt a necessidade de que certas ações humanas devem ser realizadas no plano público e outras no plano privado: “O significado mais elementar das duas esferas indica que há coisas que devem ser ocultadas e outras que necessitam ser expostas em público para que possam adquirir alguma forma de existência”¹⁸. Diante disso, pode-se perceber que a exclusão da mulher do espaço público significa o banimento de realizar as ações próprias dessa esfera da vida.

No mesmo sentido de Arendt, Aboim, ao abordar a dicotomia público/privado diretamente em relação às questões de gênero, esclarece que as propostas do feminismo em geral associam o privado à família e o público à ordem política e econômica.¹⁹ Aboim apresenta em seu trabalho “uma interpretação crítica das fronteiras entre espaço coletivo de cidadania e de sociabilidade e espaço individual de intimidade e desigualdade numa perspectiva de gênero.”²⁰

A ordem de gênero é tida como o processo de dominação do masculino sobre o feminino e, em relação a dicotomia aqui analisada, essa ordem também inscreve-se na diferenciação entre público e privado, a qual “serviu, de

¹⁸ Ibidem, p. 84.

¹⁹ ABOIM, Sofia. Do público e do privado: uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 344, jan-abril/2012, p. 95-117, p. 97.

²⁰ Ibidem.

facto, para afastar homens e mulheres, delimitando-lhes espaços e funções sociais.”²¹ No filme, é levada ao extremo a delimitação de funções e espaços sociais próprios de cada gênero ao ponto de a mulher fértil perder qualquer possibilidade de acesso aos espaços e funções privadas: torna-se um bem público destituído de privacidade e intimidade, despersonalizado, reificado.

Para encerrar as reflexões teóricas acerca do público e do privado pensados em relação às questões de gênero, explicita-se que a igualdade e a liberdade são frutos da esfera pública, se concretizam na vida pública, ponto em que convergem as considerações das autoras citadas.

A REPRESENTAÇÃO DO FEMININO EM A HISTÓRIA DE AIA: A PUBLICIZAÇÃO DO CORPO DA MULHER

Conforme já destacado, em *A história de Aia* é representada uma distopia, um sistema social ditatorial dirigido por militares em uma sociedade afetada por uma epidemia que deixou a maioria das mulheres estéreis. O Estado é governado por homens, ou seja, o poder está exclusivamente na mão de homens. Não há mulheres em posição de poder nesta sociedade. Aos homens é dada liberdade plena: frequentam todos os espaços. Mesmo os homens que estão na categoria social mais baixa, não têm suas liberdades tão restringidas quanto as mulheres, que têm acesso apenas aos espaços pré-definidos pelos homens. Contudo, não se pode ignorar que a liberdade social é determinada pela classe de cada homem, ou seja, pelo poder que dispõe: quanto mais poder mais liberdade.

Quanto às mulheres, os papéis e espaços que lhes cabem são retratados de forma rígida. Nenhuma categoria de mulher dispõe de toda a liberdade que os homens desfrutam. As mulheres aias, a classe que sofre a mais intensa subjugação, como referido, não têm domínio de seu corpo, primeiro espaço que é retirado do controle e poder feminino: o corpo da mulher é uma extensão das propriedades masculinas.

Há classes bem definidas de mulheres: as esposas, as aias, as “tutoras/carcereiras” das aias (chamadas de Tias) e as Marthas (empregadas domésticas). Para cada classe corresponde um determinado espaço social, com funções e papéis bem definidos. Com os homens ocorre a mesma divisão rígida

²¹ Ibidem, p. 98-9.

em categorias sociais, porém a segregação masculina não é destacada. Há os militares (que tem mais liberdades e poderes), há os homens comuns (trabalhadores/operários) e também a parcela da população escravizada (homens e mulheres). Quanto aos escravos, não há distinção de gênero, por isso não são objeto de considerações nestes breves comentários.

Em relação às mulheres, a segregação social é mais severa e elas estão explicitamente sob o domínio masculino, desfrutando de um pouco mais de liberdade conforme sua classe (as esposas são as que têm mais liberdade entre as mulheres). Todas, no entanto, estão sob o jugo masculino. As aias estão na base da pirâmide social de mulheres, são as únicas mulheres férteis na sociedade e, em razão disso, perderam o domínio do próprio corpo, que existe exclusivamente para servir ao Estado como fonte de procriação.

Nesta sociedade, portanto, as mulheres sequer podem acessar livremente o espaço privado, que é o ambiente feminino por excelência. Acessam as esferas que os homens permitem e da forma como eles determinam. As atividades femininas também são regulamentadas pelo poder estatal (ou seja: pelos homens). Nesta estrutura social, também é importante destacar que algumas mulheres exercem diretamente a dominação sobre as outras: trata-se da relação das “tutoras/carcereiras” e das aias. Isso mostra que a dominação masculina é mascarada, já que as próprias mulheres são usadas para exercê-la.

É neste espaço social que é inserida a mulher e, diante disso, fez-se um recorte no texto fílmico para analisar o espaço da mulher nesse discurso. Selecionou-se, então, a primeira cena de coito como foco da análise, a qual inicia aos vinte e sete minutos e dez segundos e se encerra aos trinta e um minutos e trinta e seis segundos. É apresentada ao longo do filme mais uma cena de coito, a qual é mais sucinta, pois na primeira cena são mostrados todos os detalhes que envolvem a cerimônia do coito público.

Inicialmente, destaca-se que o coito é um dos atos mais íntimos e privados da vida humana, sendo praticado, em qualquer circunstância, no ambiente privado. Até quando se torna um ato público, realizado conforme a vontade do Estado, continua sendo restrito à esfera privada. É o que ocorre na República de Gilead: torna-se um ato público, assunto e interesse públicos. Porém, a sua concretização se dá no âmbito privado, o que não retira o caráter público que o coito assume no texto fílmico.

O coito torna-se assunto público em razão da infertilidade da maioria das mulheres em Gilead. O corpo da mulher fértil é tomado como propriedade pú-

blica, sai da esfera do privado, do domínio e da autonomia da vontade, para entrar no âmbito coletivo e tornar-se um instrumento do Estado a serviço da reprodução da espécie, uma *longa manus* do Estado para garantir a perpetuação humana.

Em anexo estão as imagens da cena selecionada para esta análise. A partir dessa cena, é possível perceber o primeiro aspecto a denunciar a publicização do corpo da mulher fértil: o ato de coito é uma cerimônia oficial que exige um ritual com caráter solene. A aia, pois, é levada à sala da casa do comandante e posicionada pelo funcionário do comandante (Nick) ao centro deste recinto. É posta de joelhos sobre uma almofada e tem seu rosto encoberto por um véu, toda sua vestimenta é de cor vermelho, simbolizando a fertilidade que seu corpo detém. A esposa também se posiciona de joelhos, gentilmente apoiada por seu marido, e sua vestimenta é toda da cor azul.

Inicialmente, é importante observar a cor das vestes de cada mulher, um fator a demarcar a diferença entre elas. Conforme já ressaltado, na sociedade retratada no filme há uma hierarquização social muito severa determinada pelo poder econômico e, entre as mulheres, pela fertilidade como característica distintiva. Essa hierarquização é marcada no corpo de todas as personagens através de uniformes: a cada classe social corresponde uma vestimenta de cor específica. Assim, a cor da vestimenta é significativa e produz certos efeitos: indica a classe a que pertence a mulher e indica em que posição a classe correspondente se encontra em relação ao processo de dominação, ou seja, qual o nível de subordinação experimentado pela pessoa que veste cada cor.

As esposas vestem uniforme azul, cor que pode ser compreendida a partir da simbologia que carrega. É uma cor fria associada, nesse contexto, à infertilidade da mulher, porém surge como um fardo, um fracasso da esposa como mulher, pois é uma mulher que não pode cumprir sua principal função: procriar. Já o vermelho que a aia veste produz efeitos opostos. Trata-se de uma cor quente, por ser a cor do sangue é associada à vida, à força vital e à fertilidade. O vermelho, portanto, é a marca da fertilidade, das mulheres capazes de gerar outra vida, mas a fertilidade também pode ser vista como um fardo em Gilead. É, pois, em razão da sua fertilidade que a mulher aia é aprisionada pelo Estado e despersonalizada: torna-se um instrumento para a perpetuação da espécie e perde o domínio do próprio corpo.

Além das cores, outro aspecto a ser considerado é que cada personagem tem uma posição definida na cerimônia. A partir disso, podemos observar a forte relação entre erotismo e poder. A imagem da Aia explorada durante a cena enfatiza sua juventude e inocência, pois é seu rosto que é enquadrado, revelando seus traços jovens, e sua expressão é de tensão, de surpresa, de alguém que não sabe o que está por vir, ou seja, de quem nunca participou de um ritual como esse. O comandante é o mestre da cerimônia, conduzindo-a até o fim. Ocupa posição central no cerimonial, revelando o poder que detém sobre a cerimônia e sobre as demais personagens envolvidas. As mulheres são conduzidas mediante sua ordem, ambas são posicionadas de joelhos, enquanto ele está de pé num altar, posições que simbolizam seu poder sobre todos que ali se encontram. Assim, antes do coito, o qual sempre tem carga erótica, as posições de todos são demarcadas e o poder do general é reforçado. A posição e função ativa de Fred e a passividade das mulheres são destacadas do início ao fim da cerimônia. O poder é daquele que protagoniza o ato erótico como agente ativo e às agentes passivas resta a subjugação ao poder de Fred. A tensão explicitada nas feições da aia e o desgosto nas feições da esposa cedem espaço ao poder de Fred: ambas devem subordinar-se ao comandante e realizar cada uma o seu papel no coito.

A cerimônia é iniciada com a leitura da bíblia, o que explicita o aspecto religioso da dominação militar vivida em Gilead, conforme trecho transcrito:

Livro do “Genesis”, Cap. 30. “E Raquel não tinha filhos, e Raquel disse:” (Fred)
“Dê-me filhos, ou então devo morrer. Olhe minha serva, Bala. Vá, tome-a, e ela deve dar à luz sobre meus joelhos assim por ela também terei filhos” (Esposa)
“Então ela deu à Jacó sua serva Bala como esposa. E Jacó foi a ela, e Bala concebeu. E deu a Jacó um filho.” (Fred)
Pode me dar um copo d’água, por favor? (Fred)
Agora faremos uma oração silenciosa. Vamos pedir a benção para a nossa empreitada. (Fred)
Amém. (Fred, Esposa e aia)²²

Antes de qualquer ato, é lida uma passagem da bíblia utilizada como justificativa ou argumento autorizador do coito público, da publicização do corpo da mulher fértil. Isso porque Deus quer que os homens procriem, perpetuem a espécie humana, e realizar a vontade Dele é dever de todos os ho-

²² SCHLÖNDORFF, Volker. *A história de Aia*, op. cit.

mens. Então, a ideia é que toda a cerimônia se realiza para obedecer a vontade de Deus, seguir os mandamentos determinados na bíblia. E, para cumprir com esse dever, as mulheres devem tolerar todos os meios necessários à procriação, assim como Raquel e Bala toleraram.

Ao fim da fala, Fred refere-se ao ato que está por vir como empreitada, ou seja, de forma absolutamente impessoal, como se fosse um dever qualquer imposto por Deus aos homens, inclusive a ele, que está ali tão somente para obedecer à vontade do Senhor. O comandante passa a ideia de que todos os envolvidos nesse ato estão cumprindo deveres e que por isso é um sacrifício para todos. Com isso, mascara-se a violência cometida contra a mulher fértil, a aia, que tem seu corpo invadido pelo Estado, pelos homens que exercem o poder em Gilead. Então, com a leitura da bíblia como argumento de autoridade, é dissimulada a publicização do corpo da aia.

A aia, no entanto, expõe sua inconformidade desde o início do ato: feição séria, entristecida e tensa, em seguida, surge o pavor em seu rosto no momento do coito, os gritos que se obriga a silenciar, o choro retido que explode mais tarde na solidão de seu quarto. Em suas feições é possível observar as dimensões da violência da cerimônia, a ausência de domínio sobre o próprio corpo, a coisificação da mulher nesta sociedade.

Assim como na citação bíblica, a esposa infértil participa do ato: desde o coito até o nascimento do futuro filho, que será do casal e não da aia. Nas imagens da cena, é possível perceber que a aia se posiciona entre as pernas da esposa, apoiada sobre seus joelhos e segurando as mãos da esposa. É a forma de a esposa participar desde o início e tornar-se a mãe do futuro filho. O coito e o parto, portanto, se realizam sobre os joelhos da esposa, que se torna mãe através do corpo da aia: “e ela deve dar à luz sobre meus joelhos assim por ela também terei filhos”.

Outro aspecto importante a ser considerado, é o fato de que o coito se realiza privadamente, ou seja, em um ambiente íntimo (o quarto do casal) e apenas com as três personagens envolvidas no ato (Fred, esposa e aia). Ainda que realizado pela vontade de Deus e do Estado, o que o torna um ato público, o coito mantém a aparência de privacidade, por se efetivar no plano privado.

Quanto aos papéis sociais de cada personagem, retornamos ao início da cerimônia oficial de coito. O trecho bíblico utilizado na abertura do cerimonial, o qual, como já ressaltado, também serve como argumento de autoridade e de legitimação, revela o papel e o espaço de cada personagem. A partir das

falas do diálogo lido nota-se que Fred lê uma parte, a esposa lê outra e a aia é mera expectadora.

Fred assume a voz do narrador e a esposa a voz de Raquel, esposa de Jacó. O poder que cabe a cada personagem fica explícito nesse momento da cerimônia: Fred é o narrador, um instrumento das ações e palavras de Deus, obedece à vontade Dele. O comandante conduz todo o processo e com isso sua superioridade em relação às demais participantes da cerimônia fica evidente. A mulher (seja a esposa ou a Raquel bíblica, assim como a aia e a serva Bala) é o objeto das ações divinas, é o polo passivo que aguarda as orientações do homem (Fred). A diferença entre elas, no entanto, está no nível de submissão que cada uma experimenta, o que torna a aia um objeto e apenas a esposa é vista como mulher.

Ao fim da cerimônia, a esposa revela sua insatisfação em relação a toda situação. Porém, direciona essa raiva para a aia e não para o marido: já que Fred e a esposa se submetem a essa cerimônia exclusivamente em obediência à vontade de Deus. Todo o sistema de dominação social é construído de forma a colocar a mulher aia na posição social de maior vulnerabilidade pela falta da mínima autonomia sobre si, sobre seu corpo, o que a torna tão somente um objeto despersonalizado. Por isso, é a aia que é responsabilizada por qualquer acontecimento fora do esperado, uma vez que a insatisfação da esposa é dirigida à aia. E, do mesmo modo, se por ventura a aia não engravidar a responsabilidade também lhe é imputada, como uma culpa, não se cogitando a possibilidade de infertilidade masculina.

De outro lado, o único que se mostra satisfeito com a situação é o comandante, pois o homem, neste ato, é o único que não tem sua vontade infringida ou seu corpo violado, pois é o único que frui dos prazeres do coito. As mulheres, esposa e aia, são forçadas a tolerar esse ato violento. Apesar de a esposa não sofrer nenhum abuso de natureza física, sofre uma violência simbólica por ser impelida a permitir que outra mulher entre no seu espaço mais íntimo e seja posta entre ela e o marido. Além de também perder o domínio de sua privacidade por força da vontade do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta análise observou-se o papel da mulher no texto fílmico *A história de aia*, partindo da personagem protagonista e narradora, Kate, a quem coube a função social de aia na República de Gilead.

Percebe-se que aia é uma função social em que a mulher é despersonalizada e perde o domínio sobre si, pois seu corpo torna-se instrumento para a procriação e perpetuação da espécie. Seu corpo é o objeto a partir do qual se realizam a vontade de Deus, em primeiro lugar, e depois do Estado, conforme fica claro a partir do texto bíblico que inicia a cerimônia.

A aia ocupa a posição social mais vulnerável e subjugada ao poder masculino: torna-se uma propriedade pública, à disposição do Estado. É assim que se concretiza a publicização do corpo da mulher, trata-se da principal forma de exclusão da mulher do espaço público.

Observar essa cena também permite refletir sobre a ingerência do Estado no espaço privado, tornando o ato do coito de interesse público e realizado em função da vontade e do interesse público. A cena também se presta para observar o privado como espaço de desigualdade e de domínio do masculino sobre o feminino, pois o poder dentro do espaço íntimo é distribuído hierarquicamente apenas entre Fred e sua esposa.

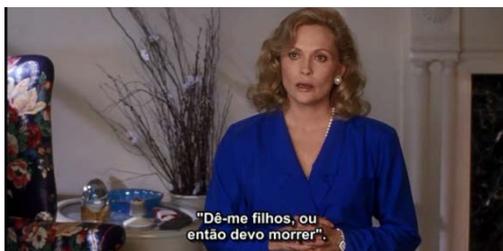
Como o público é visto como o espaço da liberdade e da igualdade pensando-o em relação às questões de gênero, percebe-se que o corpo, ao se tornar público, torna-se um espaço do exercício da liberdade do homem. Assim, para a mulher a publicização de seu corpo torna-se também um marco da perda de liberdade.

Por fim, cabe ressaltar que o filme analisado evidencia o cinema como espaço propício para reflexões sociais e políticas, por retratar delicados temas humanos e alertar para suas dimensões, neste caso, pelo viés distópico. *A história de aia*, pois, questiona a posição do homem e da mulher na sociedade retratando um possível caminho que as diferenças entre os gêneros podem conduzir. Com esta análise, pôde-se observar, então, o alcance político do cinema e sua capacidade de incitar e até convocar a plateia à reflexão, à autoanálise, à autocrítica.

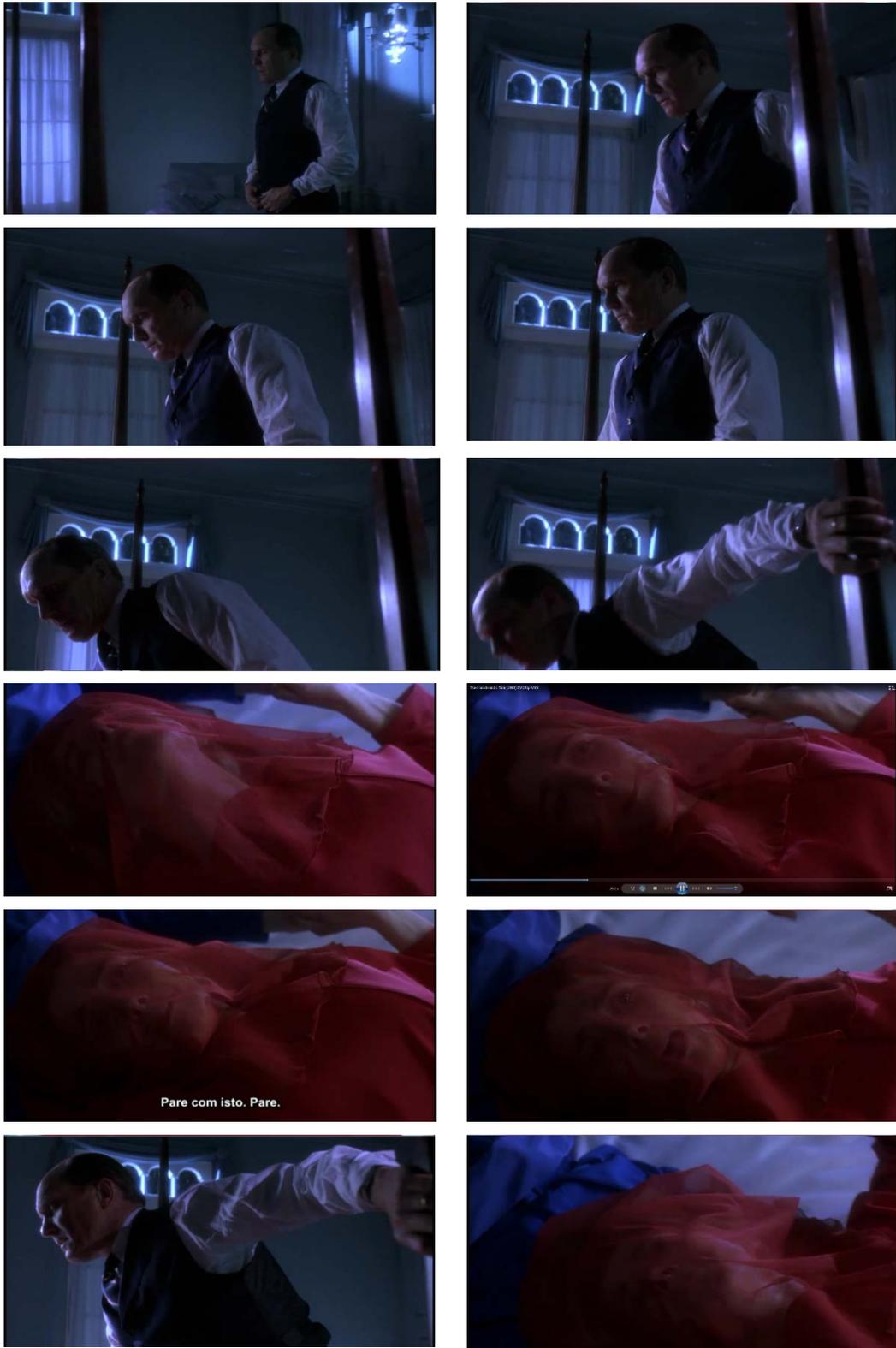
Recebido em: 22 de agosto de 2015
Aceito em: 25 de janeiro de 2016

ANEXO

CENAS DO PRIMEIRO ATO DE COITO











Levante-se e saia.

